



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL DE MINAS GERAIS
Campus Muzambinho

Bairro Morro Preto – Caixa Postal 02 – Muzambinho/MG – CEP: 37890-000
Fone/Fax: (0xx35) 3571-5051

PROCESSO Nº 23346.000058/2013-71

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2013

A União, por intermédio do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SULDEMINAS GERAIS – CAMPUS MUZAMBINHO, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto nº 5.450, de 2005, Decreto 7892 de 2013 à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, ao Decreto nº 3.722, de 2001, ao Decreto nº 2.271, de 1997, à Lei Complementar nº 123, de 2006 e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: 15 de Abril de 2013

Horário: 09:00 (Nove horas - horário de Brasília)

Endereço: Portal Comprasnet - www.comprasnet.gov.br

Retirada do Edital: www.muz.ifsuldeminas.edu.br

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet, até a data e horário da abertura da sessão pública

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta licitação é o registro de preços para a aquisição de **Maq. Equip. Natureza Industrial, Mat. De Acondicionamento e Embalagem**, visando atender às necessidades do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – CAMPUS MUZAMBINHO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço **UNITÁRIO do ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.3.1 ANEXO I - Termo de Referência

1.3.2 ANEXO II – Ata de Registro de Preços

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal Comprasnet, para participação de Pregão Eletrônico.

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1 Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2 Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com este órgão.

2.2.4 Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

2.2.5 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.2.6 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.7 Que estejam reunidas em consórcio;

2.2.8 Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.9 Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.10 Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, durando o prazo da sanção aplicada;

2.2.11 Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

2.2.12 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal Comprasnet, conforme procedimento da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.

3.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.5 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.6 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4 DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet até a data e horário da abertura da sessão pública.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.2 Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

a. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

b. que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

c. que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002.

d. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.2.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.2.2 O licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e a cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), deverão declarar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.2.1 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de ME/EPP no sistema Comprasnet.

4.2.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.3 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:

4.3.1 **Valor UNITÁRIO DO ITEM** da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.

4.3.1.1 No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual, tais como, despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto, apurados mediante análise do termo de referência, anexo deste edital;

4.3.1.2 Quaisquer tributos, custos, despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo

considerados pleitos de acréscimos a qualquer título, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais.

4.3.2 Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as seguintes informações:

4.3.2.1 Produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, a respectiva comprovação de exequibilidade;

4.3.2.2 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

4.4 O LICITANTE poderá retirar ou substituir a proposta enviada somente até o momento da abertura da sessão pública.

4.5 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

4.6 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de entregar os materiais em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando não aprovado, sua substituição.

4.6.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.7 Encerrada a etapa dos lances, a licitante detentora da melhor oferta, encaminhará a proposta definitiva de preços, adequada ao lance final ofertado, pelo fax n.º (35) 3571-5055 ou por meio do endereço eletrônico renatoitumirim@hotmail.com, em até 30 minutos, a contar do encerramento da sessão de lances, como condição para aceitação da proposta, devendo, os originais, serem enviados, em até 48 (quarenta e oito) horas do encerramento da sessão de lances, para o seguinte endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais/Campus Muzambinho - Comissão Permanente de Licitação/Pregão Eletrônico nº 02/2013, Estrada de Muzambinho, km 35, Bairro Morro Preto, CEP: 37890-000, Caixa Postal nº 02, Muzambinho/MG.

4.8 A empresa no momento do cadastramento da proposta terá disponível no sistema comprasnet apenas os campos para preenchimento do valor unitário e total de cada item a ser ofertado.

4.9 Para elaboração da proposta no comprasnet e empresa deverá observar obrigatoriamente os descrições contidas no termo de referência Anexo I deste edital.

4.10 Após a etapa de lances, nenhum item pode ter seu valor acima daquele especificado, sujeito a desclassificação no momento da aceitação da proposta.

4.11 A Proposta de Preços deverá conter a especificação técnica detalhada dos materiais que serão ofertados, conforme disposto no Termo de Referência - Anexo deste edital, com valores unitários e totais dos itens, expressos em moeda corrente nacional, e, quando for o caso, MARCA dos materiais, devendo ainda conter prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a sessenta dias, a contar da data da sua apresentação e demais referências que bem indiquem os materiais licitados. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser registradas no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**” .

5 DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.1.1 No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.1.2 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

5.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.1.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3 As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.

7.2 O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.

7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

7.3.1 Os lances enviados pelo mesmo licitante com intervalo inferior a 20 (vinte) segundos serão descartados automaticamente pelo sistema, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 03, de 16 de dezembro de 2011.

7.4 Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

7.9 O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

7.10 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.12 Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.12.1 O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP e COOP participantes, fazendo comparação entre os valores do licitante com menor preço e das demais ME/EPP/COOP na ordem de classificação, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

7.12.2 Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5 % (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.12.3 Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

7.12.4 Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitem acima.

7.12.5 Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.12.6 Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.13 Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.13.1 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

7.14 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.14.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.15 Ao formularem seus lances os fornecedores participantes deverão oferecer lances no **valor unitário** para o item, observando o termo de referência, desde que não extrapole o número de duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o item fazendo arredondamentos a menor.

7.16 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscientos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.1.1 Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.1.2 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

8.2 Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2.1 Os preços não poderão ultrapassar o valor máximo da contratação definido no Termo de Referência.

8.3 Para classificação e julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, consoantes informações constantes do Termo de Referência, que servirá de base para formulação da proposta, oferta de lances, bem como para definição do vencedor.

8.4 O licitante deverá imediatamente encaminhar a Proposta de Preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico.

8.4.1 Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.4.2 Erros no preenchimento das propostas não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a proposta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

8.5 O Pregoeiro também poderá solicitar ao licitante que envie imediatamente documento contendo o detalhamento da proposta, para fins de verificação de sua exequibilidade, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Será desclassificada a proposta final que:

8.6.1 Contenha vícios ou ilegalidades;

8.6.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.6.3 Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;

8.6.4 Apresentar preços unitários superiores àqueles constantes do termo de referência, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

8.7 Também será desclassificada a proposta final que:

a. Apresentar preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

b. Não vier a comprovar sua exeqüibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.

8.7.1 Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exeqüibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.7.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexeqüibilidade;

8.7.1.2 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

8.7.1.3 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

8.7.1.4 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

8.7.1.5 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

8.7.1.6 Estudos setoriais; e

8.7.1.7 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.7.2 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.3 Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro;

8.7.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexeqüibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise das Proposta de Preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exeqüibilidade da proposta.

8.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.9 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.9.1 Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8.11 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8.12 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Campus Muzambinho do IFSULDEMINAS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

8.13 DO ENVIO DE ANEXOS

8.13.1 A opção **ENVIAR ANEXO** disponível na tela da **fase de aceitação** de cada item, tem como finalidade o envio de anexos solicitados no momento de aceitação das propostas. O participante somente conseguirá ativar a opção de enviar anexo da proposta no sistema comprasnet quando solicitado pelo pregoeiro exclusivamente por meio do sistema.

8.13.2 O prazo para envio de anexo solicitado no edital será de **2 (duas) horas** contados a partir do momento da solicitação feita no sistema comprasnet, a empresa na qual será solicitado o anexo receberá uma mensagem via chat do comprasnet.

8.13.3 A solicitação será feita pelo sistema comprasnet através do opção de **ENVIAR ANEXO**, caso haja a necessidade do participante solicitar dilatação de prazo, fazer-se-á via ofício pelo mesmo meio ao qual enviaria o anexo solicitado e a Administração aceitar sua

justificativa de dilatação de prazo, deverá obrigatoriamente ser registrada na ata do pregão via chat do comprasnet a aceitação da justificativa.

8.13.4 Após solicitado o anexo através do comprasnet e este não enviar dentro do prazo e não solicitar dilatação de prazo através de ofício e aceito pela administração, a proposta poderá ser desclassificada.

8.13.5 Os documentos solicitados na fase de aceitação através da opção **ENVIAR ANEXO** deverão ser enviados **exclusivamente** por meio da opção enviar anexo, vedada o envio por e-mail ou outro meio que não seja pela sistema comprasnet, caso seja enviada por outro meio como, e-mail ou fax, será desconsiderada.

8.13.6 Esta exigência se faz necessário, para preservar o princípio da publicidade e dar a oportunidade de outros fornecedores também analisar as documentações do processo.

8.13.7 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços quando solicitada, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet, em prazo idêntico ao mencionado anteriormente

8.13.8 Os documentos remetidos por meio da opção “**ENVIAR ANEXO**” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

8.13.9 Entende-se como anexos os documento referentes a propostas como os “**FOLDERS**”, **ENCARTES**, **FOLHETOS TÉCNICOS** ou **CATÁLOGOS**. Salvo quando o pregoeiro solicitar o envio de anexo diferentes destes mencionados, como proposta atualizada, planilha de custos ou outro documento referente a proposta, que deverá obrigatoriamente ser mencionado qual o documento solicitado no chat do comprasnet.

8.14 DAS PROPOSTAS COM INDICAÇÃO DE MARCA COMO REFERÊNCIA

8.14.1 Os itens do edital em que se encontra as expressões de indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, estão seguidas das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”. - **Acórdão 2.300/2007 – TCU – Plenário**

8.14.2 Caso a empresa oferte o produto referenciado na descrição detalhada do objeto a administração fará a aceitação sem restrições.- **Acórdão 2.300/2007 – TCU – Plenário**

8.14.3 Caso o pregoeiro juntamente com a parte técnica do setor requisitante não aprovar a especificação do produto ofertado, a administração pode solicitar da empresa participante do certame demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital. - **Acórdão 2.300/2007 – TCU – Plenário**

8.14.4 A solicitação será feita pelo sistema comprasnet através do opção de **ENVIAR ANEXO**, caso haja a necessidade do participante solicitar dilatação de prazo, fazer-se-á via ofício pelo mesmo meio ao qual enviaria o anexo solicitado e a Administração aceitar sua justificativa de dilatação de prazo, deverá obrigatoriamente ser registrada na ata do pregão via chat do comprasnet a aceitação da justificativa.

8.14.5 Após solicitado o anexo através do comprasnet e este não enviar dentro do prazo e não solicitar dilatação de prazo através de ofício e aceito pela administração, a proposta será desclassificada.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao cadastro do SICAF.

9.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

9.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

9.2.1 A verificação se dará mediante consulta on line, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

9.2.2 Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de 2 (Duas) horas, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.3 Os níveis do SICAF exigidos para habilitação serão os níveis I, II, III e IV

9.3.1 Os documentos Contemplados no SICAF são:

9.3.1.1 Nível I – Dados Cadastrais

9.3.1.2 Nível II – Habilitação Jurídica

9.3.1.3 Nível III – Regularidade Fiscal Federal – Receita Federal, INSS e FGTS

9.3.1.4 Nível IV – Receita Estadual e Municipal

9.4 Não possuindo documentação válida e atualizada no SICAF conforme dispõe subitens anteriores, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá comprovar, no prazo máximo de **2 (Duas) horas**, a contar da solicitação no sistema eletrônico, sua condição de habilitação, por meio do fax número **(35) 3571-5055** ou do email renatoitumirim@hotmail.com, com posterior encaminhamento do documento pertinente por via postal ou similar no prazo máximo de **2 (Dois) dias** para o seguinte endereço:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS – CAMPUS MUZAMBINHO
SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2013
Estrada de Muzambinho, Km 35, Bairro Morro Preto, Cx Postal Nº 02
CEP: 37890-000 – Muzambinho – MG

9.4.1 Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

9.4.2 Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

9.4.2.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da

Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

e. No caso de cooperativa:

e.1. A ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

e.2. O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e.3. O regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembléia que os aprovou;

e.4. Os editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;

e.5. A ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.2.2 Relativos à Regularidade Fiscal:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

9.4.2.3 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a

documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

9.5 .Todas as licitantes, inclusive as cadastradas pelo SICAF, deverão apresentar os **documentos complementares** a seguir, devendo ser enviado por e-mail ou fax e posteriormente envio pelos correios.

9.5.1 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa - Lei nº 12.440, de 07/07/2011

9.6 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

9.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.7.1 No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

9.9 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.12.1 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias

úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.12.2 A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

9.12.3 A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.12.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.13 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, km 35, Morro Preto, CEP 37.890-000 Caixa Postal 02, Muzambinho/MG

9.14 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final, contendo os preços atualizados e eventuais justificativas apresentadas pelo proponente vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 2 (**Duas**) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.1.1 A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Apresentar **MARCA, FABRICANTE** e demais características necessárias dos materiais propostos.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.1 O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

11.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

11.3.1 A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

11.4 O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O Registro de Preços tem como objetivo o fornecimento de materiais, conforme as quantidades estimadas e especificações constantes no Anexo I, visando futuras contratações pelo Instituto.

13.2 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

13.2.1 será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

13.2.2 o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

13.2.3 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata será respeitada nas contratações;

13.3 O registro a que se refere o item anterior, tem por objetivo a formação de **CADASTRO RESERVA**, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

13.4 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

13.4.1 os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;

13.4.2 os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

13.5 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item anterior, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

13.6 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, incluídas as eventuais prorrogações. (Art. 12 - Decreto 7.892/13)

13.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº-8.666, de 1993.

13.8 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o detentor e os aderentes se obrigam a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeitos, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

13.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.10 Quando da licitação específica para compra resultar preço igual ou superior ao registrado, deverá a Administração revogá-la no interesse público e processar a aquisição por intermédio da Ata de Registro de Preços.

13.11 O procedimento será encerrado com a subscrição da Ata e homologação do procedimento pela autoridade competente.

13.12 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a mesma poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Instituto.

13.13 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão. (§ 1º, art. 22, Decreto 7892/2013)

13.14 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. (§ 2º, art. 22, Decreto 7892/2013)

13.15 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere ao órgão não participante(carona) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. (§ 3º, art. 22, Decreto 7892/2013)

13.16 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **quíntuplo** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. (§ 4º, art. 22, Decreto 7892/2013)

13.17 O órgão gerenciador irá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata que realizou a licitação. (§ 5º, art. 22, Decreto 7892/2013).

13.18 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata. (§ 6º, art. 22, Decreto 7892/2013).

13.19 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (§ 7º, art. 22, Decreto 7892/2013)

13.20 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal. (§ 9º, art. 22, Decreto 7892/2013)

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A classificação será mantida durante o período de validade da Ata, a partir da data de sua publicação, exceto nos casos em que houver exclusão do SRP (Sistema de Registro de Preços), a título de penalidade imposta pela Administração.

14.2 Homologado o resultado da licitação, o Instituto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.3 Constarão da Ata de Registro de Preços, todas as informações necessárias à:

14.3.1 Identificação do processo;

14.3.2 Caracterização do objeto;

14.3.3 Identificação das empresas;

14.3.4 Preços ofertados pelas classificadas, item a item;

14.3.5 Direitos e responsabilidades das partes.

14.4 A ARP será lavrada em tantas vias quantas forem as empresas classificadas.

14.5 É obrigatória a assinatura da ARP pelas partes envolvidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da convocação do Instituto, aplicando-se, em caso de descumprimento, o disposto no art. 7º, da Lei 10.520/2002.

14.6 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

14.6.1 Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Instituto poderá promover as negociações junto aos detentores do registro.

14.6.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Instituto convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.6.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

14.6.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

14.6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Instituto poderá:

14.6.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.6.3.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.6.4 Não havendo êxito nas negociações, o Instituto procedera à revogação da ata de registro de preços, adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.7 O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado nas seguintes hipóteses:

14.7.1 Se descumprir as condições estabelecidas neste Edital e na Ata de Registro de Preços;

14.7.2 Não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação expressa do Instituto, sem justificativa aceitável;

14.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.7.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º-da Lei nº-10.520, de 2002.

14.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.8.1 Por razão de interesse público; ou

14.8.2 A pedido do fornecedor.

14.9 O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo e ensejará aditamento da Ata pelo Instituto, que deverá informar aos demais fornecedores registrados, a nova ordem de registro.

14.10 Em qualquer hipótese de cancelamento de registro é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.11 Não havendo êxito nas negociações, o Instituto procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na ata de registro de preços, quando for o caso.

16 DO PAGAMENTO

16.1 O prazo para pagamento será de 10 (Dez) dias, contados a partir da data da apresentação e aceitação dos materiais constantes da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

16.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos materiais entregues.

16.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.4.1 não produziu os resultados acordados;

16.4.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.4.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

16.5 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

16.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

16.6.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

16.7 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

16.8 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no ata.

16.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

17 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, estão previstos no orçamento e por se tratar de uma licitação do tipo pregão eletrônico registro de preços serão certificados por ocasião de cada contratação, previamente à emissão de cada nota de empenho, de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006, e demais normas pertinentes.

18 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

18.1.1 Não assinar o ata, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2 Apresentar documentação falsa;

18.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4 Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

18.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.6 Cometer fraude fiscal;

18.1.7 Fizer declaração falsa;

18.1.8 Ensejar o retardamento da execução do certame.

18.2 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até **10% (Dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.2.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5 As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.

18.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.8 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplência.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

19.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

19.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do email renatoitumirim@hotmail.com

19.2.1 O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.

19.3 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

19.5 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.8 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

19.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.12 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13 Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital, ou seja Os códigos e as descrições no “CATMAT”- Catalogação de Materiais que aparecem no site comprasnet, podem divergir da descrição do objeto licitado quanto a tamanho, cor e outras características. Neste caso, havendo estas divergências entre o descrito no comprasnet e o edital, prevalecem as especificações do edital.

19.14 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço: Estrada de Muzambinho, km 35, Morro Preto, CEP 37.890-000, Muzambinho/MG, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas.

19.14.1 O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.muz.ifsuldeminas.edu.br

19.15 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço: Estrada de Muzambinho, km 35, Morro Preto, CEP 37.890-000, Muzambinho/MG, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas.

19.16 Para fins de aplicação das sanções administrativas, o lance é considerado proposta.

19.17 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (art. 29, Decreto 5.450/2005).

19.18 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

19.19 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

19.20 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Pouso Alegre/MG, Seção judiciária do Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Município de Muzambinho, **XX** de fevereiro de 2013.

FÁBIO DE OLIVEIRA ALMEIDA
PREGOEIRO OFICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2013

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

20 INTRODUÇÃO

20.1 A elaboração do presente Termo de Referência atende à determinação estipulada no artigo 9º, I, do Decreto Nº 5.450/2005 e suas alterações.

20.2 **O Setor Requisitante: CGPP** – Coordenadoria Geral de Produção e Pesquisa.

21 OBJETO

21.1 O objeto desta licitação é o registro de preços para a aquisição de **Maq. Equip. Natureza Industrial, Mat. De Acondicionamento e Embalagem**, visando atender às necessidades do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – CAMPUS MUZAMBINHO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

21.2 Constitui objeto do presente pregão, selecionar para possível contratação, para aquisição de materiais, para atender as necessidades do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

22 FUNDAMENTO LEGAL

22.1 A aquisição dos produtos, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei nº 10.520, de 19 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

23 JUSTIFICATIVA

23.1 O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, visando suprir possíveis demandas no exercício de suas atividades, realiza licitações através do Sistema de Registro de Preços. A aquisição dos equipamentos solicitados são para uso no Laboratório de Qualidade de Café e também na Torrefação viabilizará a prática do ensino em máquinas modernas, eficientes, permitindo que os usuários do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho adquiram conhecimentos úteis em suas atividades com o café. Também, permitirá que o campus tenha condições de industrializar o café produzido em suas lavouras, finalizando o processo de produção, desde a produção em campo até a comercialização do produto industrializado. A finalidade do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional,

oferecendo mecanismos para a educação continuada. Neste sentido, a presente licitação tem como objetivo garantir celeridade e eficiência no momento da aquisição, garantindo a qualidade nos serviços prestados ao cidadão.

24 DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO DA DEMANDA E ESTIMATIVA

24.1 As propostas a serem apresentadas devem atender no mínimo as especificações, quantidades e o preço máximo por item, conforme informados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Torrador de mesa tipo PROBATINO, com capacidade 500g a 1.200g de carga por torra, acabamento cinza, alimentado a gás natural ou GLP. Termômetro para medição de temperatura na massa de grãos. Válvula de controle de vazamento de gás com desligamento automático. Acionamento da chama do gás por faísca elétrica acionada em sistema lateral. Visor lateral com termômetro digital. Abertura frontal para visualização da chama. Acabamento em tinta epóxi para altas temperaturas. Sistema de segurança para fechamento da chama. Tensão elétrica à 220 V– 60 Hz. Monofásico.	Uni	1	R\$ 26.140,00	R\$ 26.140,00
2	Torrador de laboratório tipo TP2, destinado a torra de amostras de cafés especiais grão cru, com dois cilindros rotativos com sistema de descarga para resfriamento manual acionados por alavanca em cabo de madeira, com regulagem de temperatura independentemente para cada cilindro, capacidade de 80 a 100g por cilindro, aquecimento a gás, com ventilador de esfriamento e ciclone para separação de películas, acionamento da chama do gás por faísca elétrica acionada em botão frontal, termômetro para medição de temperatura na massa de grãos, cicloneador com coletor de película externo, cilíndrico manufaturado frontal de latão, peneiras de resfriamento quadradas teladas em latão, válvula de controle de vazamento de gás com desligamento automático, termopar	Uni	1	R\$ 25.720,00	R\$ 25.720,00

	<p>para desligamento de segurança a temperatura estipulada, sistema de segurança para fechamento da chama, acabamento em tinta epóxi para altas temperaturas, chapa do cilindro latonada com isolamento térmico, base de madeira, motor para acionamento do cilindro de 0,5 Hp através de redutor, motor de 0,5 Hp para acionamento do ciclizador, cilindro numerados de fabrica através de plaquetas, local para visualização da chama, bico do gás em latão com vários bicos individuais com saída de chama em "x" para distribuição do gás, dimensões máximas 520mm x 670 mm x 560 mm, altura máxima enquanto descarrega 730 mm, potencia do equipamento elétrico máxima 2,5 Kw, dimensões mínimas do ciclizador 385mm x 400 mm x 1250 mm, dimensões máximas da placa base de madeira 500mm x 670 mm, com comando elétrico versão 220V</p>				
3	<p>Moinho para café torrado, com capacidade de moagem de 800 a 900 gr/min, dimensões (largura, altura e profundidade) de 22cmx62cmx33cm, capacidade de 500 gr de café torrador no funil do receptáculo de grãos, peso liquido aproximado de 18 kg, voltagem de 220 volts, frequência de 50/60 HZ, monofásico, motor com potência de 1100W, discos de moagem de aço com 71 mm de diâmetro, proteção contra sobrecarga, martelo de borracha acoplado à saída do moedor pelo lado direito, proteção contra acidentes na receptáculo superior de café em grãos.</p>	Uni	2	R\$ 6.700,00	R\$ 13.400,00

4	Torrador para café ecológico, mod TCE30, sistema de torra INSIDE OUT, com eliminação de películas e partículas, fabricado em diversos tipos de aço carbono e inox, com capacidade para 30kg. Produção de 90Kg/h, Queimador Monobloco com controle de chama automático, Sistema Anti Poluente, Auto Limpante, com abastecimento à Gás e Resfriamento Interno utilizando ar frio ou água. Compõe-se de: 1 Moega de alimentação, 1 Fornalha indireta e anti poluente com abastecimento à Gás, 1 Ventilador, 1 Cilindro para torra com regulagem no mancal central rosqueado, 1 Coletor de películas, Tubulação revestida com massa refratária para alta temperatura, Tubulação do Coletor de Películas, 1 Pannel de comando com sensores de temperatura do forno e do grão, Sinótipo indicador de funcionamento de motores e chamas, 2 Controladores de temperatura, Sensor de chama, Pressostato de gás, pressostato de ar, 3 Válvulas solenóides brahma sendo 2 reguladas, Chaminé em aço inox 430, 2 Motores Weg de 1cv - 220/380 volts auto rendimento. Pintura na cor branco gelo	Uni	1	R\$ 56.600,00	R\$ 56.600,00
5	Resfriador e Misturador para café torrado, fabricado em aço carbono 1,5mm e paralelo em aço inox 430, com capacidade para 1/2 saca de café torrado. Resfriamento Rápido utilizando ar frio mistura e evacuação total do café através de paletas em silicone para alta temperatura. Composto de: 1 Peneira em aço inox 430 com diâmetro de 1200mm, 1 Ciclone de Películas, 1 Ventilador, 1 Batedor e Misturador, 1 Motoredutor Bonfiglioli , Tubulação para ligação do ventilador até ciclone, 2 Motores Weg de 1cv - 220/380 volts auto rendimento. Pintura na cor branco gelo.	Uni	1	R\$ 8.950,00	R\$ 8.950,00
6	Elevador especial de Canecas em Polipropileno de 5", para café cru, fabricado em aço carbono 1,5mm. Compõe-se de: 1 Moega de recebimento, 1 Cabeça de elevador, 1 Pé de elevador, 12	Uni	1	R\$ 7.820,00	R\$ 7.820,00

	metros de correia 3 lonas, 10 Metros de tubo de 250mm, 86 canecas, 2 Transmissões de correias, 1 Bica de saída, 1 Motor Weg de 1cv - 220/380 volts auto rendimento. Pintura na cor branco gelo				
7	Elevador especial de Canecas em Polipropileno de 5", para café torrado, em aço carbono 1,5mm com sistema anti quebra de grãos, especial para café expresso. Composto por : 1 Moega de recebimento, 1 beça de elevador, 1 Pé de elevador, 12 metros de correia 3 lonas, 10 Metros de tubo de 250mm, 86 canecas, 2 Transmissões de correias, 1 Bica de saída, 1 Motor Weg de 1cv - 220/380 volts auto rendimento. Pintura na cor branco gelo	Uni	1	R\$ 7.820,00	R\$ 7.820,00
8	Silo Quadrado para café torrado, com capacidade para 1000kg de café torrado, sistema de respiro e alto acabamento para evitar quebra do grão torrado fabricado em aço carbono 2mm. Compõe-se de: 1 Cone Base, 1 Corpo ou Paralelo, 1 Tampa, Visores em acrílico, 1 Registro com 2 saídas. Pintura na cor branco gelo	Uni	1	R\$ 13.820,00	R\$ 13.820,00
9	Classificador para Café Expresso, fabricado em aço carbono 1,5mm e metalom, e sistema anti fechamento de furo de peneira através de quadro ping pong. Composto por: 1 Caixa do classificador para 1 peneira, 1 Base do Classificador, 1 Peneira 16 e fundo, 1 Jogo de Molas, 2 Bicas de Saída, 1 Coluna divisora de saída do café, 1 Motor Weg de 1/2cv - 220/380 volts auto rendimento, 1 Controlador de Vibração. Pintura na cor branco gelo.	Uni	1	R\$ 8.120,00	R\$ 8.120,00
10	Transportador especial de Taliscas de Polipropileno, para café expresso. Composto de: 1 Coxo fabricado em aço carbono 1,5mm, 1 Correia especial com taliscas, 1 Bica de saída, 1 Redutor de velocidade S63, 1 Motor Weg de 1cv - 220/380 volts auto rendimento. Pintura na cor branco gelo.	Uni	1	R\$ 4.120,00	R\$ 4.120,00

11	Empacotadeira para café expresso com CLP. Composta por: 1 Base da empacotadeira fabricada em aço carbono 1,5mm, 1 Moega para recebimento do café em grãos equipada com visor em acrílico, 1 Balança vibratória equipada com célula de carga, 1 Painel de comando com controlador de peso digital (1.000g / 500g), Controlador de vibração, 1 vibrador NORMA, 1 Bica de saída do café expresso fabricada em aço inox430 com polimento especial.Pintura na cor branco gelo.	Uni	1	R\$ 18.120,00	R\$ 18.120,00
12	Conjunto de Transporte e Empacotamento fabricado em aço carbono 1,5mm, composto por Arrastadores e Elevador mod ACM e ECM, Caixa de Micro Pó, Retorno e Empacotadeira Semi Automática. Composto por se de: 1 Caixa de Retorno do pó, 1 Caixa com filtros de ar, 1 Moega da Empacotadeira, 1 Base da Empacotadeira, 1 Painel de Comando Total, 1 Elevador e 1 Arrastador com correntes e paletas em nylon, 1 Motor Weg de 1cv - 220/380 volts auto rendimento, 1 Motor Weg de 2cv - 220/380 volts auto rendimento. Pintura na cor branco gelo.	Uni	1	R\$ 22.320,00	R\$ 22.320,00
13	Datador Hot Stamping para embalagens em aço inox 430 com CLP. Composto de: 1 Base fabricada em aço inox 430, 1 CLP, 1 Pedal de acionamento, 1 Válvula solenóide, 1 Base porta dígitos FAB/VAL/LOTE, 1 Fita de ribbon, 1 Micromotor INMEPE, 1 Jogo de dígitos, 1 resistência com sensor de temperatura.	Uni	1	R\$ 4.120,00	R\$ 4.120,00
14	Expositor para café torrado fabricado em aço inox 430 com capacidade para 5kg, polimento especial, equipado com registro de saída do café e visor em acrílico.	Uni	3	R\$ 550,00	R\$ 1.650,00
15	Seladora Mandíbula para polipropileno com regulagem de temperatura. Composta de: 2 Mordentes, 2 Resistências e 1 Base da Seladora	Uni	1	R\$ 1.620,00	R\$ 1.620,00

16	Seladora semi-automática a vácuo. Produção mecânica: 16 pacotes 500g/minuto ou 20 pacotes 250g/minuto e Produção prática: 12 pacotes 500g/minuto ou 15 pacotes 250g/minuto. Capacidade da câmara de vácuo: 04 pacotes de 500g ou 05 pacotes de 250g por ciclo de selamento com duração de 15 segundos por ciclo. Regulagem p/ o selamento de embalagens de 250g ou 500g. Bomba de vácuo - Potência: 0,50 Cv Percentual de vácuo alcançado nas embalagens seladas: 99,8%. Embalagem: Termo soldável, estrutura compatível c/ barreira de vácuo. Voltagem: 220v trifásico Dimensões: 790x1300x510 mm. Peso bruto: 195 Kg. Pressão de trabalho/Ar comprimido: 6,5 Kgf/cm2	Uni	1	R\$ 19.687,00	R\$ 19.687,00
17	Compactadora. 02 Bandejas formatadoras com capacidades individuais para: 08 pacotes 500kg ou 10 pacotes 250g, por ciclo. Sistema pneumático para movimentação das bandejas. Timer para regulagem de tempo da operação formatadora. Regulagem da frequência da operação compactadora. Pressão de trabalho/Ar comprimido: 6,5 Kgf/cm2	Uni	1	R\$ 3.440,00	R\$ 3.440,00
18	Moinho com adensador. Capacidade de moagem: 200 kg/hora. 03 estágios de moagem, c/ 04 roletes arrefecidos com a circulação de água e 02 roletes s/ refrigeração; 01 motor de 5,0 CV, para os estágios de pré-moagem, moagem e micro-moagem; 01 motor de 0,5 CV na bomba d'água para a circulação de água no sistema de refrigeração; Painel elétrico básico. Tração de movimento frontal dos roletes de moagem realizada pelo conjunto de 03 pares de engrenagens helicoidais (aço/nylon).	Uni	1	R\$ 28.185,00	R\$ 28.185,00
19	Gaveta em aço inox para depósito de borra para máquinas de café espresso profissional.	Uni	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
20	Tamper para compactação do pó de café no porta filtro, para café espresso, em aço inox 58 mm de diâmetro.	Uni	3	R\$ 269,00	R\$ 807,00
21	Garrafa de chantily ISI com capacidade para 1/2 litro	Uni	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00
22	Leiteira italiana em aço inox, capacidade	Uni	3	R\$ 89,00	R\$ 267,00

	de 360 mL, para vaporização de leite				
23	Shot glass, copo para verificação da qualidade do café espresso, em vidro, capacidade de 50 ml	Uni	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
24	EMBALAGEM DE POLIETILENO, com as seguintes características mínimas: de alta densidade, atóxico e inodoro, para conservação de amostras de café. Características: Altura 6,8 cm com 16,3 cm de diâmetro e volume de 1.117 mL. Para armazenamento de 1000 gramas de amostra, com sistema de fechamento macho e fêmea na cor café.	Uni	650	R\$ 9,50	R\$ 6.175,00
25	AR CONDICIONADO SPLIT FRIO. Capacidade 7.000 BTUs . Ciclo Frio. Potência 638 Watts. Eficiência energética Classe A. Modos de operação : Automático, Desumidifica, Refrigerar, Ventila. 03 velocidades; Vazão de ar : 440 m³/h. Temperatura 18°C a 32°C.	Uni	2	R\$ 749,00	R\$ 1.498,00
26	AR CONDICIONADO PISO-TETO, VERSÃO FRIO. Capacidade BTUS: 36.000. Potencia w: 3.900. Tensão: 220v. Cor branca. Recirculação de ar m³/h: 1.300. Com as seguintes dimensões: unidade externa : 840x554x554 e unidades interna: 680x1280x206	Uni	1	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
27	Mesa Para Escritório em L Medindo 1,20 x 0,60 x 0,80. Produzido em MDP 15 mm com 2 gavetas . Pés de Ferro. Mesa 0,80 + conexão 0,60 + mesa 1,20 com Gaveta	Uni	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00
28	Cadeira giratória para escritório Iso Assento e Encosto em polipropileno, base giratória na cor preta. Tipo executiva, estrutura metálica, com regulagem a gás, regulagem, sem braços. Cor a definir. Capacidade para até 120 kg distribuídos.	Uni	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00
29	Armário de aço, com portas de abrir com 03 prateleiras fixas, com chaves. Armário em aço chapa 24 (chapa 24 0,64mm de espessura). Com as seguintes medidas: 1,75 cm x 0,75 cm x 0,33 cm	Uni	5	R\$ 650,00	R\$ 3.250,00
30	Arquivo de aço com 4 gavetas para pasta com rolamento. Peso 165 kg, Altura 133 cm, largura 71 cm, comprimento de 47 cm.	Uni	2	R\$ 689,90	R\$ 1.379,80

31	FOGÃO INDUSTRIAL em aço inoxidável, 4 queimadores sendo 2 simples e 2 duplos, todos em ferro fundido, grelhas 30x30cm, registros cromados, bandeja coletora de resíduos, com forno inox. Moldura e estrutura em aço carbono com pintura eletrostática. Espaço entre as grelhas 7 cm. Forno em aço inoxidável. Estrutura desmontável.	Uni	1	R\$ 2.699,00	R\$ 2.699,00
32	FOGÃO DE PISO, com timer 6 queimadores, Bivolt, À gás, com acendimento automático (elétrico), tampo em vidro temperado e mesa em inox, forno com capacidade de 94 litros, com Selo Procel, consumo médio de 15,6KW gás e 25W energia elétrica, potência (w) :3,5KW (forno), 2,7KW (gigantes) e 1,6KW (normais), forno autolimpante, luz de forno, com trava de segurança. Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP) : 88x77x60cm . Peso aproximado do produto (Kg) :32Kg	Uni	1	R\$ 1.049,00	R\$ 1.049,00
33	Forno de micro-ondas com Grill e Smart Food. Capacidade30 litros. íveis de potência 820.Branco. Tensão/Voltagem: 110V. Garantia meses. : 54,00 Centímetros, Profundidade: 42,00 Centímetros e Peso: 16,00 Quilos.	Uni	1	R\$ 549,00	R\$ 549,00
34	REFRIGERADOR COM FREEZER: Capacidades: a) bruta total = 428 litros; b) armazenagem 422 litros; c) armazenagem do refrigerador 302 litros; d) armazenagem do freezer 120 litros. Selo Procel A (classificação de consumo); cor Branca. Consumo de 56 kWh. Tensão/voltagem 110V. Características gerais: Frost Free, Controle Eletrônico, Iluminação em LED, Freezer embaixo e geladeira em cima. Iluminação interna, Prateleira do refrigerador em vidro. Garantia 12 meses. Modelo referência: Refrigerador Brastemp Frost Free Duplex Ative 422 litros.	Uni	1	R\$ 2.299,00	R\$ 2.299,00
35	Freezer Vertical Frost Free,01 porta, com capacidade de 197 litros, com cesto removível. Voltagem 110V. Dimensões aproximadas: 153,7 x 63,1 x 69,5cm e peso aproximado de 58 kg. Garantia mínima de 12 meses.	Uni	1	R\$ 1.599,00	R\$ 1.599,00

36	Bebedouro de pressão conjugado, com as seguintes características mínimas: modelo de coluna em aço inox conjugado. Com 2 torneiras de pressão em latão cromado, uma de jato para a boca e outra para copo. Características Técnicas: Segurança e qualidade garantidas pelo Inmetro; Gás R 134a: Depósito de água em aço inox isolado com EPS e serpentina externa: Torneira (copo e jato) em latão cromado, com regulagem de jato d'água; Ralo sifonado; Tampo em aço inox polido, com relevos para evitar respingos; Refrigeração através de moto-compressor. Gabinete em chapa de aço inox; Controle automático da temperatura da água; Filtro de água com carvão ativado impregnado com prata. Medidas: Largura: 640 mm; Altura: 1120 mm; Profundidade: 320 mm; Dados Elétricos: Voltagem 127 V; Amperagem 1,5; Potência 120W (W).	Uni	2	R\$ 777,00	R\$ 1.554,00
37	Estante de aço com 6 prateleiras. Planos de armazenagem regulável. Chapas reforçadas (chapa 24 0,64mm de espessura e chapa 0,78mm). Cor cinza. Peso aproximado 30 kg. Dimensões: altura 198 cm, largura: 30 cm e comprimento de 92,5 cm.	Uni	40	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00
TOTAL=					R\$ 311.376,80

25 ESTIMATIVA DE PREÇOS

25.1 Os preços a serem cotados deverão ser compatíveis com os praticados no mercado, em conformidade com a estimativa de custo da Instituição, de **R\$ 311.376,80 (Trezentos e onze mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)**.

26 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1 Entregar os materiais no endereço citados neste termo e em perfeitas condições, nas quantidades informadas em cada Autorização de Fornecimento (A.F), atendendo as especificações técnicas do materiais mencionados acima e conforme **marca e modelo** informados no sistema eletrônico;

26.2 Responsabilizar-se por qualquer atraso ou problemas na entrega, mesmo que ocasionados pela transportadora;

26.3 Entregar os materiais em **30 (trinta) dias úteis**, após o envio da Autorização de Fornecimento (AF), exceto se estabelecido prazo diferente na especificação do material;

26.4 As propostas apresentadas não poderão prever prazo de entrega acima do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

26.5 Todos os itens constantes na AF têm que ser entregue no mesmo momento, no horário de funcionamento do Campus;

26.6 Aguardar a conferência dos produtos no ato do recebimento. Havendo falta de produto, todo o material será devolvido (será aceito somente se a licitante encaminhar a solicitação de cancelamento do item faltante);

26.7 Solicitar por escrito o cancelamento de algum item ou parte deste, para ser avaliado pela Comissão de recebimento, e assumir os ônus da aplicação das penalidades previstas no Edital;

26.8 Substituir os produtos/materiais, que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços e nas determinações deste Termo de Referência, em até 05 (cinco) dias úteis, após a comunicação formal da contratante;

26.9 Responder pelas perdas e danos causados por seus empregados ou transportadora, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, durante a entrega dos materiais, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que lhe será expressamente combinado pela Contratante;

26.10 Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço,

26.11 Manter, durante a vigência da Ata, as obrigações assumidas e as condições de Habilitação exigidas para este Pregão;

26.12 Assinar a Ata de registro de Preços em até 10 (Dez) dias úteis, após a convocação;

26.13 Entregar os materiais parceladamente, durante a vigência da Ata, de acordo com as quantidades solicitadas em cada Autorização de Fornecimento;

26.14 Arcar com os custos relativos a entregas realizadas em locais incorretos;

26.15 As solicitações de alteração de preços e/ou o cancelamento de itens da Ata Registrada deverão ser formalizadas, devidamente justificadas e encaminhadas à Coordenação de Registro de Preços do Campus. As solicitações serão analisadas criteriosamente pela Setor responsável do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho no prazo de 15 (quinze) dias.

27 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

27.1 Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o Contrato;

27.2 Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados sobre os materiais ou condições de fornecimento;

27.3 Aplicar as penalidades cabíveis previstas no Edital, garantindo a prévia defesa;

27.4 Efetuar o recebimento provisório no momento da entrega dos materiais e o definitivo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após decorrido o prazo do recebimento provisório. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento definitivo;

27.5 Solicitar por escrito, durante o período de recebimento, a substituição dos materiais que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a proposta;

27.6 Solicitar a licitante vencedora que assine a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação;

27.7 Solicitar por escrito, durante o prazo de garantia, o conserto ou a substituição dos materiais que apresentarem defeito;

27.8 Determinar as sanções administrativas decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, que incluirão o registro de ocorrência junto ao SICAF e até restrições quanto à contratação junto a Administração Pública.

27.9 Enviar à contratada as Autorizações de Fornecimento, por fax ou email, assegurando-se de que a contratada recebeu o documento.

28 DA ACEITABILIDADE E ENTREGA DOS MATERIAIS

28.1 Para efeito de verificação da necessária compatibilidade entre as especificações exigidas neste termo e os produtos ofertados pelos licitantes que apresentarem a melhor proposta, a Comissão de Recebimento dos produtos, se julgar conveniente, poderá solicitar **“FOLDERS”, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS** dos mesmos, onde constem as especificações técnicas e a caracterização, permitindo a consistente avaliação do item.

28.2 Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota/fatura fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto, número da nota de empenho e a quantidade dos respectivos itens.

28.3 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação do produto deverá assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

28.4 A Nota Fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega do produto deverá vir acompanhada da DECLARAÇÃO DE SIMPLES (se for o caso), da cópia da Ordem de Fornecimento e da cópia da Nota de Empenho referentes ao fornecimento executado, ou deverá mencionar o número do processo.

28.5 A contratada se obriga a entregar todo o material, no mesmo momento, na quantidade informada na Autorização de Fornecimento (AF). Não será aceita a entrega parcial, em hipótese alguma, sob pena de devolução de todo material, no caso do empenho/AF não estar completa;

28.6 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

28.7 O material só poderá ser entregue parcialmente, se a licitante encaminhar justificativa, solicitando o cancelamento dos itens pendentes juntamente com o material, para ser avaliada pela Administração e posterior aplicação de penalidades;

28.8 A Administração poderá solicitar a antecipação da entrega de parte dos materiais constante da Autorização de Fornecimento, somente se a licitante conseguir atender ao pedido;

28.9 Os produtos com prazo de validade deverão ser entregues com no máximo 25% do prazo de validade corrido.

28.10 Os bens devem ser entregues novos e em sua embalagem comercial, bem como todos os seus componentes também devem ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento).

28.11 Dependendo das especificações dos produtos, estes deverão ser entregues com as embalagens íntegras, limpas, atóxicas, contendo data de fabricação e validade, nome e marca do produto;

28.12 As especificações e critérios técnicos particulares de cada produto são soberanos às normas gerais aqui explicitadas;

28.13 Deverá ser observada as condições de transporte necessárias para a garantia da qualidade e conservação dos materiais.

28.14 Será exigida a comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega dos objetos.

28.15 Será exigido na entrega dos materiais quando couber, as certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:

28.15.1 segurança para o usuário e instalações;

28.15.2 compatibilidade eletromagnética; e

28.15.3 consumo de energia;

28.16 Os materiais serão recebidos definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei no 8.666, de 1993, ou seja, mediante termo de aceitação ou atestado aposto na nota fiscal/fatura por comissão especialmente constituída (ou servidor designado) que tenha realizado minuciosa conferência do objeto: em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório.

28.17 Os materiais deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, de acordo com a emissão de cada empenho e ordem de fornecimento, no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados a partir da emissão dos mencionados anteriormente, no horário de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00 horas de segunda a quinta feira e sexta feira até as 16:30 horas. Para tal, dentro desse prazo, a Contratada deverá informar o dia da entrega dos materiais com antecedência.

28.18 A contratada deverá fazer as entregas em transporte especializado, obedecendo as condições de manejo adequado dos materiais.

28.19 A contratada será informada de qualquer anormalidade nos materiais, podendo o Contratante sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações exigidas neste Edital.

28.20 A Administração rejeitará a entrega dos materiais que porventura esteja em desacordo com as especificações constantes neste termo. Caso os materiais sejam rejeitados, o ônus da devolução (frete) correrá por conta da contratada.

28.21 Os materiais a serem fornecidos devem ser novos e de primeiro uso.

28.22 Os materiais deverão ser novos e acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto, bem como o número do lote na embalagem.

28.23 Em caso de divergência entre disposição do Edital e a NOTA DE EMPENHO, prevalece a previsão do Edital, ou seja Os códigos e as descrições no “CATMAT”- Catalogação de Materiais que aparecem na nota de empenho, podem divergir da descrição do objeto licitado quanto a tamanho, cor e outras características. Neste caso, havendo estas divergências entre o descrito na nota de empenho e o edital, prevalecem as especificações do edital.

29 DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

29.1 Para fins de garantia, deverá atender o período estabelecido pelo FABRICANTE, caso contrário prevalecerá a garantia estipulada na descrição detalhada do termo de referência.

29.2 A assistência técnica deverá ser prestada pela empresa proponente ou somente por uma empresa autorizada pelo fabricante.

29.3 A Assistência Técnica deverá ser executada em todos os equipamentos constantes neste termo, conforme normas técnicas dos fabricantes.

29.4 As chamadas para Assistência Técnica de Garantia deverão ser atendidas em até 24 (vinte e quatro) horas, com solução do problema em até 72 (setenta e duas) horas corridas a contar do início do chamado.

29.5 A Assistência Técnica de Garantia deverá ser efetuada deixando os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com suas características originais mantidas.

29.6 A empresa proponente deverá oferecer na proposta o telefone/email de suporte para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos da empresa prestadora do serviço de Assistência Técnica de Garantia.

29.7 Caso ocorra mais de 2 incidências de defeito em um mesmo equipamento em período igual ou inferior a um mês, o mesmo deverá ser substituído por outro com características semelhantes ou superiores, em prazo não superior a 10 (dez) dias.

29.8 Caso seja necessária a substituição de componentes considerados estratégicos ao funcionamento do equipamento, deverá ser comunicado e aprovado pelo Instituto.

29.9 Os componentes instalados em substituição aos danificados deverão ter características iguais aos originais do equipamento. Caso sejam utilizados componentes com características superiores não haverá ônus adicional para o Instituto.

29.10 A contratada deverá emitir relatório técnico indicando os procedimentos realizados e os equipamentos que passaram pela manutenção corretiva.

29.11 Aplicam-se às condições de garantia as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

29.12 A manutenção corretiva (garantia) dar-se-á, por solicitação da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma, quando for verificado qualquer defeito ocasional dos equipamentos, dentro do período da garantia, desde que não motivados por negligência, mau uso ou imperícia, podendo haver a substituição de peças ou componentes defeituosos ou desgastados.

<u>SOLICITAÇÃO</u>	<u>APROVAÇÃO</u>
<p>Solicitamos aprovação do presente Termo em conformidade com o Art. 9º, II, do Decreto nº. 5.450/2005.</p> <p>Muzambinho/MG, 20/03/2013.</p> <p>Celso Antônio Spaggiari Souza Coordenador Geral de Produção e Pesquisa</p>	<p>Verificados os requisitos exigidos pelo art. 9º, §2º do Decreto nº. 5.450/2005. Resolvo pela: () Aprovação. () Não aprovação.</p> <p>Muzambinho/MG, 20/03/2013.</p> <p><i>Luiz Carlos Machado Rodrigues</i> <i>Diretor Geral</i></p>